

extinção do crédito tributário



ASPECTOS GERAIS

Causas:

- Pagamento
- Compensação
- Transação
- Remissão
- Decadência
- Prescrição
- Consignação em pagamento
- Pagamento antecipado (e posterior homologação)
- Conversão do depósito em renda
- Decisão administrativa final
- Decisão judicial transitada em julgado
- Dação em pagamento de bens imóveis

PAGAMENTO

- Deve ser feito em { moeda corrente, cheque, vale postal } e, nos casos previstos em lei: estampilha, papel selado, processo mecânico.
- A imposição de penalidade **não** ilide o pagamento integral do crédito tributário.
- Não há presunção** de pagamento → ao se pagar um tributo, não se presume que os outros tenham sido pagos
- (salvo disposição em contrário) o **prazo** de pagamento é de **30 dias**
a **definição do prazo** para recolhimento do tributo **não** se sujeita ao princípio da **legalidade**
- Pagamento **fora** do prazo:
juros de mora = **1%** ao mês (salvo disposição em contrário)

PAGAMENTO

(continuação)

SÚMULAS STF 70,323:

- É **inadmissível** { interdição de estabelecimento, apreensão de mercadorias } como meio coercitivo para pagamentos de tributos

IMPUTAÇÃO EM PAGAMENTO (determina a ordem em que os créditos serão satisfeitos)

CRITÉRIO	PRIORIDADE (maior → menor)
Pessoal	contribuinte → responsável
Vinculação do F.G.	contribuição de melhoria → taxas → impostos
Prescrição	prazo mais curto → prazo mais longo
Valor do crédito	maior valor → menor valor

PAGAMENTO INDEVIDO E RESTITUIÇÃO


- O sujeito passivo tem **direito** de restituição independentemente de:
 - prévio protesto
 - quem calculou o montante devido
- Deve ser pleiteada em até **5 anos** da data de **extinção** do crédito
- Restituição de **tributo indireto**:

Ao contribuinte de direito (regra geral)	<ul style="list-style-type: none"> Se comprovar não ter transferido o encargo Se tiver autorização expressa
Ao contribuinte de fato (concessionárias de serviços públicos)	<ul style="list-style-type: none"> Demanda contratada e não utilizada Serviço de provedor de acesso à internet

COMPENSAÇÃO

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

(vencidos ou vincendos)
créditos **líquidos e certos** do sujeito passivo contra a fazenda
se vincendo: redução $\leq 1\%$ ao mês

- Somente se houver **lei autorizativa**
- Pode** ser deferida em **ação cautelar** ou **antecipatória**  **-NOVIDADE!** (ADI 4296 + cancelamento da Súmula 212 do STJ)
- o mandado de segurança é ação adequada para a declaração do direito à compensação

TRANSAÇÃO

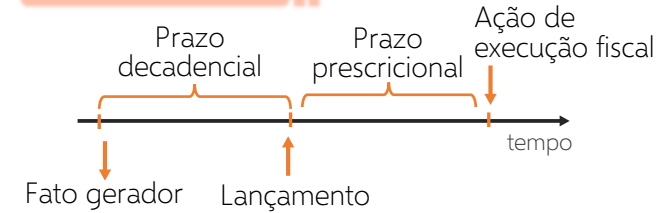
- Visa pôr fim a um **litígio** entre o sujeito passivo e a fazenda.
- Somente se houver **lei autorizativa**

Não confunda com remissão  **PEGADINHA!**

REMISSÃO

- = Perdão da dívida $\begin{cases} \text{parcial} \\ \text{total} \end{cases}$
- Deve ser regulada por **lei específica**.
- Concedida pela autoridade competente através de **despacho** fundamentado
- Visa **atender**: (não gera direito adquirido!)
 - Situação econômica do sujeito passivo
 - Erro/ignorância **escusáveis** do sujeito passivo quanto a matéria **de fato**.
(matéria de direito, não!)
 - Diminuta importância do crédito
 - Considerações de equidade
 - Condições regionais peculiares

DECADÊNCIA



- = Prazo que a autoridade administrativa tem para realizar o **lançamento**.
- 5 anos**.

MARCO INICIAL **!IMPORTANTE!**

- Regra geral**: 1º dia de exercício seguinte à ocorrência do F.G.
- Antecipação**: data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito pela **notificação** ao sujeito passivo de medida preparatória indispensável ao lançamento
- Anulação do lançamento por vício formal**: data da decisão definitiva que anulou o lançamento.
(= interrupção do prazo)

- Tributos lançados por **homologação**:

MARCO INICIAL	HIPÓTESE
Data do F.G.	Contribuinte declara e paga
1º dia do ano seguinte	Contribuinte não declara ou dolo, fraude, simulação
Data da declaração ou vencimento (o que for posterior)	Contribuinte declara e não paga

Se o contribuinte paga um crédito prescrito ou decaído, tem direito à restituição

extinção do crédito tributário

PRESCRIÇÃO

- = Prazo que a autoridade administrativa tem para realizar a ação de **execução fiscal**.
- 5 anos.

MARCO INICIAL

- **Regra geral**: a partir do dia em que o crédito é considerado **definitivamente constituído** (não há mais decisões)
- Tributos lançados por **homologação**: data do vencimento **ou** da entrega da declaração (o que for posterior)

INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO DECORE!

- O prazo se **reinicia** (recomeça do zero)
- Hipóteses:
 1. **Despacho do juiz** que ordenar a citação em execução fiscal
 2. Pelo **protesto judicial**
 3. Qualquer **ato judicial** que constitua em **mora** o devedor
 4. Ato inequívoco, ainda que **extrajudicial**, que importe em reconhecimento do débito **pelo devedor**

SUSPENSÃO DA PRESCRIÇÃO

- O prazo é "**pausado**", depois volta a correr de onde estava
 - O **CTN não** dispõe expressamente
- Exemplo**: quando a exigibilidade do crédito está suspensa

CONVERSÃO DO DEPÓSITO EM RENDA

- Decisão final no âmbito administrativo for **desfavorável** ao sujeito passivo, o depósito

extinção do crédito tributário

DECISÃO ADMINISTRATIVA FINAL

- Decisão **final** no âmbito administrativo for:
 - **Favorável** ao sujeito passivo → O crédito é extinto
 - **Desfavorável** ao sujeito passivo → O S.P. deve pagar o tributo ou discutir no âmbito judicial

DECISÃO JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO

- Decisão **final** no âmbito judicial for:
 - **Favorável** ao sujeito passivo → O crédito é extinto
 - **Desfavorável** ao sujeito passivo → O sujeito passivo deve pagar o tributo

PAGAMENTO ANTECIPADO

- (e posterior homologação)
No caso de tributo **lançado por homologação** (a homologação pode levar até 5 anos)
- A extinção se dá com a homologação

CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

- Quando o sujeito passivo **quer pagar**, mas é **impedido** pelo credor
- Hipóteses:
 1. **Recusa** de recebimento ou **subordinação** ao pagamento de outro tributo/penalidade ou ao cumprimento de obrigação acessória
 2. **Subordinação** do recebimento ao cumprimento de exigências administrativas sem fundamento legal
 3. Exigência do mesmo tributo por **mais de uma** pessoa jurídica

DAÇÃO EM PAGAMENTO DE BENS IMÓVEIS

- Entrega do bem **imóvel**
- Depende de **lei autorizativa** do respectivo ente



"móveis", não